

## OS PRECEITOS DA MEMÓRIA: MANUEL SEVERIM DE FARIA, INVENTOR DE AUTORIDADES LUSAS

*Luiz Cristiano de Andrade\**

**RESUMO:** as vidas dos letrados portugueses João de Barros, Luís de Camões e Diogo do Couto, escritas por Manuel Severim de Faria no primeiro quartel do seiscentos, encerram duas funções: uma preceptiva, de acordo com a tradição da *ars histórica*, e outra, não menos importante, de inventar autoridades lusas, destacando o papel dos letrados do reino a serviço da Monarquia Católica Ibérica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Império Português. Historiografia. Retórica.

**ABSTRACT:** there are two functions in the portuguese lettered João de Barros, Luís de Camões e Diogo do Couto life's, written by Manuel Severim de Faria in the first quarter of Seventeenth Century: the first one is preceptorial, according to the *ars historica* tradition, the second one, not least, is the invention of portuguese authorities, emphasizing the kingdom's lettered rule in the Iberian Catholic Monarchy.

**KEYWORDS:** Portuguese Empire. Historiography. Rhetoric.

---

\* Doutorando em História pela UFRJ.

**Memoria.** Faculdade d'alma, na qual se conservão as especies das cousas passadas, & por meyo da qual nos lembramos do que vimos, & ouvimos. Reside esta potencia no terceiro ventriculo do cerebro, donde os espiritos vitaes, que passam das cavidades do cerebro ao dito ventriculo, imprimem as imagens, ou figuras dos objectos, que entrãõ pelos olhos, ou pelos ouvidos. A memória he a thesoureira, & guarda de tudo o que se lê, vê & ouve.

(D. Raphael Bluteau)

A definição acima — retirada do verbete do *Vocabulário portuguez e latino*, de 1716, que, na sua íntegra, ocupa quatro páginas —, baseia-se no conceito aristotélico de memória, válido até o século XVIII, pelo menos. Essas primeiras linhas do verbete discorrem sobre a memória natural, uma das três potências da alma humana, segundo Aristóteles, ao lado da vontade e do entendimento. Bluteau trata ainda da memória artificial, complementar da primeira e entendida como um conjunto de técnicas desenvolvidas para auxiliar os homens a guardarem as suas lembranças. Esta mnemotécnica consistia em imaginar um espaço qualquer — um palácio ou uma cidade, por exemplo — com lugares definidos para expor imagens e figuras, enfim, as matérias que se desejava tratar. Nesta segunda definição, verifica-se a presença do arquétipo utilitário de Cícero, que estabelece a divisão entre memória natural e artificial, incluindo esta última como uma das cinco partes da retórica.<sup>1</sup>

A escrita destacava-se como um dos principais recursos artificiais para tentar vencer o tempo e o esquecimento, mais especificamente a escrita da história, gênero discursivo que, ainda de acordo com o modelo ciceroniano, era a vida da memória e mestra

---

<sup>1</sup> O conceito de memória articula-se à teoria aristotélica da alma exposta, obviamente, em *De anima*. A divisão ciceroniana encontra-se em *De oratore* e no livro III da *Retórica a Herênio*, até então atribuída a Cícero. Para uma análise específica das artes da memória, cf. YATES, Frances. *The art of memory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.

da vida. A classificação de gêneros históricos refere-se ao conjunto heteróclito das formas historiográficas que, segundo Alcir Pécora, admitiam — além das próprias crônicas e histórias — os tratados, as cosmografias, as relações, as corografias, os panegíricos, as vidas, entre outras narrativas.<sup>2</sup> No século XVII ibérico, a *ars historica* era regrada pelas preceptivas retórico-poéticas que emulavam as autoridades greco-latinas, como Aristóteles, Cícero e Horácio, e cujo uso era condicionado pela moralização católica pós-tridentina.<sup>3</sup> Esses preceitos que presidiam a escrita e a preservação da memória podem ser identificados nas vidas dos três letrados portugueses — João de Barros, Luís de Camões e Diogo do Couto — publicadas em 1624, nos *Discursos vários políticos*, de Manuel Severim de Faria (1583-1655). O chantre da Sé de Évora possuía considerável prestígio entre os letrados ibéricos. Mestre em *Artes* e doutor em *Teologia* e *Filosofia* pela Universidade Jesuítica de Évora, continuou os seus estudos eruditos e passou a reunir, como parte de seus interesses antiquários, livros e documentos manuscritos que compuseram excelente “livraria”, aberta aos que desejassem consultá-la.

Ao longo da Idade Moderna, as práticas letradas articulavam-se às estratégias de ação nas cortes, que resultaram na elaboração de diversos discursos que, ao forjarem determinada memória de feitos passados, determinavam escolhas no interior da economia das mercês, sobretudo na forma de cargos na burocracia es-

---

<sup>2</sup> PÉCORA, Alcir. A história como colheita rústica de excelências, p. 48. In: PÉCORA, Alcir; SCHWARTZ, Stuart (Org.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado*, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

<sup>3</sup> Sobre a moralização das artes, ver HANSEN, João Adolfo. *Artes seiscentistas e teologia política*. In: TIRAPELI, Percival (Org.) *Arte sacra colonial: barroco memória viva*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001, p. 180-189. Segundo Hansen, as artes possuíam fundamentação substancialista e não conheciam a autonomia estética que passaram a ter a partir do século XVIII. Eram propostas como *theatrum sacrum* e entendidas como dispositivos úteis que dramatizavam de forma espetacular os valores católicos da monarquia, em aliança com o papado contra Maquiavel, Lutero, entre outras heresias.

tatal do império. Segundo Norbert Elias, que assinalou a especificidade dos gêneros e das formas de saber características da sociedade aristocrata moderna, o domínio das letras “conferia aos cortesãos um renome especial em sua sociedade, possibilitando-lhes o acesso a um cargo administrativo ou diplomático”.<sup>4</sup>

Assim, ao forjar a memória dos grandes letrados portugueses, Manuel Severim de Faria posiciona-se em relação à querela acerca da importância das armas e das letras para a conservação e o recrudescimento do império católico. As vidas de Barros, Camões e Couto estão dispostas entre os discursos que tratam de práticas cortesãs e de questões relacionadas ao exercício político, durante a União Ibérica. O *Discurso Primeiro*, por exemplo, advoga a transferência do rei e de sua corte para Lisboa pois, segundo Severim de Faria, a unidade do império espanhol, em virtude de sua abrangência, necessitava de um centro marítimo que possibilitasse um contato mais eficiente entre a sua cabeça e o seu disperso corpo político.

[...] claro fica que a nenhum Príncipe importa tanto o poder do mar, como ao de Espanha, pois só pelo meio das forças marítimas faz um corpo unido de tantas, e tão distantes Províncias, como são as de sua Coroa, socorrendo-as a tempo, e recebendo delas com segurança os imensos tesouros com que a enriquecem, os quais não sendo os Espanhóis senhores do mar, ficam sujeitos a serem roubados de seus inimigos.<sup>5</sup>

O primeiro procedimento para assegurar o senhorio dos mares, portanto, seria a transferência do rei do sertão a um lugar marítimo, ou seja, de Madri a Lisboa. Segundo Manuel Severim

---

<sup>4</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2., p. 299, nota 34. Em seguida, Elias cita um trecho das memórias do cardeal Bernis que estudava a história, a felicidade e a moral para que as pessoas vissem-no como um homem sério e indicado ao serviço diplomático.

<sup>5</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 10.

de Faria, era necessário considerar que “[...] a Monarquia de Espanha, não consta só de Espanha, mas de todas as Províncias de suas conquistas e que para estas não fica Madrid no meio, mas muito desviado”.<sup>6</sup>

As vidas desempenham um papel análogo aos discursos políticos que as acompanham. Esses textos não devem ser confundidos com biografias românticas, pois

[...] constituem e corroboram determinadas *auctoritas*, sem unificar uma trajetória de acordo com a suposta psicologia do biografado. A sua escrita era realizada a partir dos preceitos da arte, que a instituíam como a narrativa de feitos exemplares, espelhos que refletiam comportamentos considerados modelares. No século XVII, as *Vidas paralelas*, de Plutarco, forneciam o paradigma desse subgênero epidítico.

No caso em questão, a reminiscência desses três escritores portugueses fornece exemplos de súditos pios, que colocaram as suas penas a serviço de Deus e do rei. Ao contrário da milícia, onde muitos trabalham pela conservação de um só príncipe,

[...] na escritura um só trabalha pela conservação de todos, e faz com ela viver na lembrança dos homens, aqueles, que pela pátria entregaram liberalmente as vidas, e conservando a memória das cousas passadas, dá regra para acertar nas futuras.<sup>7</sup>

Esses argumentos sobre o lugar dos escritores na república iniciam a *Vida de João de Barros*, na qual Manuel Severim de Faria também expõe minuciosamente as regras que constituem a *ars historica* na alta Idade Moderna. Esses três discursos, por sua vez, foram construídos por tópicos retóricas tradicionais prescritas

---

<sup>6</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 13.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 30.

aos retratos encomiásticos. João Adolfo Hansen afirma que, segundo os preceitos coevos da retratística, autorizados pela *Instituição Oratória* de Quintiliano, devia-se “[...] falar da origem do retratado, de sua pátria e cidade, de seus pais e familiares, de sua educação, de seus hábitos, de seu nome, de suas inclinações e aspecto etc.”<sup>8</sup> Assim, o próprio Severim de Faria, para ratificar o uso decoroso dos preceitos, escreve de acordo com uma preceptiva especificamente relacionada ao gênero empregado. Nesse regime de produção discursiva, essas regras autorizavam os verossímeis textuais que visavam decifrar a complexa ordem do mundo e, no seu interior, destacavam o papel dos letrados para a consecução dos fins do império. Contudo, essa defesa do ofício das letras, da lavra de um antiquário, não significava, efetivamente, que esse grupo desfrutasse de uma importância ímpar no quadro administrativo da monarquia católica ibérica.

### **João de Barros: a celebração imperial**

O fidalgo João de Barros (c.1496-1570) ocupou importantes postos nas cortes de D. Manuel e D. João III, culminando com o de feitor das *Casas da Índia e Mina*, a partir de 1533, o que lhe permitiu o acesso a informações privilegiadas da empresa ultramarina. Em 1535, o rei de Portugal lhe doou a capitania do Maranhão. Muito embora não tenha logrado êxito na empresa americana, a trajetória do fidalgo foi coroada pelos serviços prestados na seara das letras, “[...] trabalhando ele toda a vida por ilustrar a pátria, e deixar de seus naturais gloriosa memória”.<sup>9</sup>

A *Primeira Década da Ásia* foi publicada em 1552. O seu estilo emulava a história de Roma escrita por Tito Lívio, que compreendia 142 livros divididos em décadas. Lívio desfrutava de imenso prestígio entre os letrados quinhentistas. Valorizado pela elo-

---

<sup>8</sup> HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*. Campinas: Ateliê Editorial; Editora da UNICAMP, 2004, p. 42.

<sup>9</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 30.

qüência de sua obra e pelas máximas morais, o historiador romano escreveu sobre a ordenação da República e as virtudes necessárias à formação do Império. A matéria não passou despercebida a Maquiavel que, entre 1513 e 1517, escreveu os *Discorsi* — acerca da primeira década de Tito Lívio e emulando os exemplos da Antigüidade — com o objetivo de “[...] ordenar uma república, manter um Estado, governar um reino, comandar exércitos e administrar a guerra ou de distribuir a justiça aos cidadãos”.<sup>10</sup>

O prólogo da *Primeira Década da Ásia*, dedicada ao muito poderoso e cristianíssimo D. João III, inscreve a obra do português em um funcionamento diverso daquele proposto pelo florentino às cidades italianas, mais precisamente, entre os discursos letrados ibéricos caracterizados pela razão de estado antimachiavélica. Ao longo do prólogo, João de Barros discorre sobre as diferenças entre as cousas da natureza, que se renovam de modo cíclico, e os atos humanos, cujo caráter breve e finito fez com que buscassem um “[...] divino artifício, que representasse em futuro, o que elles obravam em presente”.<sup>11</sup> A escrita, desse modo, teria a função de “[...] guardar em futuro nössas óbras pera com ella aproveitarmos em bom exemplo [...] pera cõmu e temporal proveito de nössos naturaes.”<sup>12</sup>

Os quatro primeiros livros acerca dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente tratam desde a conquista da Espanha pelos árabes e a transformação de Portugal em reino, até o descobrimento da Índia por Vasco da Gama. A origem portuguesa, segundo João de Barros, teve início com o dote concedido por D. Henrique a D. Afonso Henriques, na ocasião de seu casamento com Dona Tereza. O

---

<sup>10</sup> MAQUIAVEL. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: Editora UnB, 2000, p.17.

<sup>11</sup> BARROS, João de. *Ásia. Primeira Década*. In: *Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente: primeira, segunda e terceira Décadas*. Edição fac-similar. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988-1992. v. 3, p. 1.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 2.

dote consistia em:

[...] totalas terras q naquelle tempo eram tomadas aos mouros nesta parte da Lusitania que ora e reyno de Portugal cõ totalas mais que elle podesse conquistar delles. Em q entraram alguas de Andalusia, porque em todas estas elle e seu filho el rey dom Afonso Anriquez verterã seu sangue por as ganhar das mãos e poder dos mouros.<sup>13</sup>

O compromisso assumido por D. Afonso Henriques na gênese do Reino, de ter sempre “continua guerra com esta pérfida gente dos Arabios”, foi passado aos seus herdeiros, os quais deveriam permanecer em guerra contra os infiéis. A lembrança do ato fundador assume então um significado importante diante dos obstáculos erigidos por mouros e gentios nas partes orientais, matéria de diversos capítulos da *Ásia*.

A missão apostólica do reino de Portugal vinculava-se à própria noção de império. Segundo Barros, os portugueses sempre trabalharam por merecer, perante Deus, o título de servos fiéis, espalhando a verdadeira fé pelo mundo:

Finalmente per excelencia assy como Christo Jesu cõparou a multiplicaçam do evãgelho ao espirito do grão da mostarda em respecto das outras sementes: assy em comparaçã da grãdeza q outros reynos desta Európa tem em térra e povo, bem podemos na virtude da multiplicaçam e fectos illustres em acrescetamento da igreja e louvor de sua propria coróa, cõparar este reyno a hu grão de mostarda, o qual tem produzido de si hua tam grande arvóre q a sua grandeza potencia e doutrina asombra a mayor parte das terras q neste precedente capitulo apontamos. E toda a sua conquista é com aquelles dous gladios, em q deos pos o estádo de todo o uni-

---

<sup>13</sup> BARROS, João de. *Ásia. Primeira Década*. In: *Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente: primeira, segunda e terceira Décadas*. Edição fac-similar. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988-1992. v. 3, p. 8.

verso: hu espiritual q consiste em a denunciaçam do evangelho per todo o pagaismo do mundo q tem descoberto, augmentado, e dilatãdo o estado da igreja, e o outro material com q offende a perfidia dos mouros que quéerem empedir estas obras. Assy q recolhendonos a nósso próposito, toda nósso contenda na India é com estes dous géneros de gete mouros e gentios [...].<sup>14</sup>

Mas a *ars historica*, pela narrativa dos feitos humanos, fornecia exemplos que deviam ensinar os homens a agir com prudência, baseados na razão em detrimento das paixões. Nesse sentido, o capítulo XVI do livro primeiro, intitulado *Das feições da pessoa do infante Dom Anrique e dos costumes que teve em todo o discurso de sua vida*, inicia a profusão de exemplos veiculados nas *Décadas*. O infante foi caracterizado pela limpeza da alma, pela inclinação às letras e aos estudos, foi magnífico em despender e edificar, ainda que despenderesse da própria fazenda, “[...] toda a sua vida pareceo hua perfecta religião: nam lhe faleceram pensamentos de áltas impresas e obras de generoso animo, quaes conuem aos de real sangue”.<sup>15</sup> E Barros, após descrever diversas realizações na África do infante D. Henrique, paradigma de conduta ao governante cristão, conclui que:

[...] mostrando em estas e outras cousas que cometeo de **bem comu**, ter no coraçam plantãda a vontãde de bem fazer, como elle trazia per móto de sua divisa nestas palãvras francesas: Talant de bien faire. [...] Posto que nos principios deste descobrimento ouve grandes dificuldades, e foy muy murmurado: teve tanta constancia e fé na esperança que lhe o seu espirito favorecido de deos prometia, que **nunca desestio deste descobrimento** (em quanto pode) **per espãço de quorenta anos**.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> BARROS, João de. Ásia. Primeira Década. In: *Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*: primeira, segunda e terceira Décadas. Edição fac-similar. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988-1992. v. 3, p. 348-349.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 61-62 (grifo nosso).

Ora, os feitos do infante na África são interpretados à luz das doutrinas da Segunda Escolástica, que defendiam ser o bem comum o objetivo central dos governos. Ademais, D. Henrique personificava algumas das virtudes cardeais e cristãs, dentre elas a fé, a coragem e a prudência.

As palavras encomiásticas estendem-se a outros personagens da Expansão Portuguesa, como o rei D. Manuel e, já na *Segunda Década da Ásia*, Afonso de Albuquerque, capitão-mor enviado para conquistar a costa da Arábia. A valorização de ambos não foi exclusiva da pena de João de Barros. Em 1551, a celebração do Venturoso teve lugar no traslado dos seus ossos para o Mosteiro dos Jerônimos. D. João III ainda encomendou a João de Barros uma crônica manuelina, porém, após a sua morte em 1557, o Cardeal Infante D. Henrique incumbiu Damião de Góis do ofício. Quanto à memória do capitão-mor, cujos ossos também foram trasladados com grande pompa da Índia para Portugal, seu filho, Brás Afonso de Albuquerque, publicou, sucessivamente, em 1557 e 1576, os *Comentários de Afonso de Albuquerque*.<sup>17</sup>

Mas, de acordo com Manuel Severim de Faria, além do serviço prestado a Deus, ao rei e aos portugueses, lembrando as virtudes dos homens que propiciaram a dilatação da fé e do império, João de Barros notabilizou-se pelo excelente uso que fez do gênero histórico. O chante de Évora lamentava apenas que o seu *Clarimundo*, livro fabuloso escrito na juventude, tivesse melhor fortuna nas impressões que as *Décadas*: “[...] donde se vê que o gosto do vulgo não se governa por razão, mas sim pelo apetite, e que o bom de ordinário contenta aos menos”.<sup>18</sup>

Os livros históricos eram apreciados pelo público governado pela razão, pelos gentis homens que controlavam as suas paixões

---

<sup>17</sup> CURTO, Diogo Ramada. A literatura e o império: entre o espírito cavaleiroso, as trocas da corte e o humanismo cívico. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (dir.) *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, v. 1, 1998, p. 453.

<sup>18</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 46.

e instintos. Destarte, os exemplos fornecidos pela prosa historiográfica eram utilíssimos aos discretos que desejassem exercitar a eloquência necessária aos negócios da corte e do império.<sup>19</sup> Segundo Manuel Severim de Faria:

É a história (segundo de Túlio em outra parte temos mostrado) o sujeito mais capaz da Oratória que nenhum outro, porque nela se usa do **gênero Demonstrativo**, contando vários feitos condenando os vícios, e louvando as virtudes; e do **Deliberativo**, introduzindo orações, conselhos e discursos, e muitas vezes do **Judicial**, o qual raramente se aparta do Deliberativo.<sup>20</sup>

A classificação aristotélica dos gêneros retóricos, indubitavelmente, constitui o alicerce dos argumentos do antiquário, que aprofunda a sua reflexão:

Em todos estes gêneros é esta história de João de Barros admirável, porque além do sujeito que trata ser nobilíssimo pela variedade, grandeza, e novidade dos casos admiráveis, **guardou com suma inteireza todas as leis da história, assi as essências que nela se requerem, que são verdade, clareza, e juízo, como as outras partes a que chamam integrantes.**<sup>21</sup>

As respectivas essências da história faziam parte do rol de questões tipicamente seiscentistas, as quais visavam sobretudo diferenciar os escritos críveis e legítimos daqueles fantásticos, destinados ao vulgo. Severim de Faria desafia cada uma delas, a começar pela verdade, a qual deve constar tanto da notícia tratada, “[...] como do verdadeiro ânimo do mesmo historiador em não calar o bem, ou mal, que fizeram aqueles de quem trata”.<sup>22</sup> João de

---

<sup>19</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 46.

<sup>20</sup> Idem, *ibidem* (grifo nosso).

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

Barros teve as mais certas notícias, pois lhe foram entregues os mais diversos papéis para a empreitada, além de ter mandado buscar crônicas dos reis do Oriente e ter se valido das informações dos pilotos portugueses. O ânimo verdadeiro, para o chantre de Évora, era claro nas *Décadas*, “[...] onde com suma liberdade reprova os vícios, e louvas as virtudes que alguns capitães tiveram, dando a cada um o seu [...]”.<sup>23</sup> Ainda que apontasse os vícios, Barros não ampliou miúdezas e se manteve ao essencial da história.

A clareza, de acordo com Severim de Faria, era uma das características da pena de João de Barros. Descrevia tudo como se visse diante dos olhos e comparava, segundo as regras da Arte Memorativa, os elementos desconhecidos nas distantes províncias a algum sinal conhecido. Com esse procedimento, fazia com que os leitores compreendesem “a figura, ou cousa de que trata, com suma distinção”.<sup>24</sup>

A clareza da narrativa é assaz evidente, por falar com palavras muito próprias, e naturais, e com tudo se vê nele tanta majestade, que causa admiração poder ajuntar com tanta gravidade tanta clareza, porque nas descrições é tão fácil, que **muitas vezes parece poeta, posto que nesta parte história e poesia sejam muito conformes.**<sup>25</sup>

A ecfrese era um dos recursos da *ars historica* seiscentista que possibilitava a amplificação dos *topoi*, mobilizando os afetos, a fim de persuadir os leitores. João Adolfo Hansen, de acordo com a preceptiva veiculada em Horácio e Posevino, afirma que “[...] assim como o pincel imita os *topoi* narrativos das ecfreses de autoridades, também a pena deve imitar o pincel, produzindo metáforas visualizantes de efeitos maravilhosos, adequados simulta-

---

<sup>23</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 48.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 48-49 (grifo nosso).

neamente à utilidade e ao prazer”.<sup>26</sup>

Desse modo, o ornamento da *elocutio* historiográfica — com a pintura dos tipos e descrições minuciosas que permitiriam ao leitor visualizar as cenas tal como em uma tela — articulava-se intrinsecamente aos seus argumentos, pois, de acordo com os preceitos retórico-poéticos em voga, as artes discursivas deviam *docere, movere et delectare*. O conceito do *ut pictura poesis* aproxima não apenas a história da pintura, mas da poesia.<sup>27</sup> É, nesse sentido, que Manuel Severim de Faria afirma a conformidade de história e poesia, embora fossem definidas por oposição pela preceptiva.

Entretanto, a *elocutio* historiográfica não tem autonomia em relação à *inventio* — repertório de matérias e argumentos necessariamente verossímeis — e à *dispositio* — ordem das partes discursivas. Os gêneros historiográficos eram confeccionados de acordo com a noção de narrativa *in ordo naturalis*. Assim, Manuel Severim de Faria chega à terceira essência da história seiscentista, o juízo, afirmando que a ordem das *Décadas* foi “convenientíssima, seguindo os anos e os governos”,<sup>28</sup> procedimento que foi seguido por muitos escritores que cuidaram dos feitos do Oriente e

---

<sup>26</sup> HANSEN, João Adolfo. *Ut pictura poesis* e verossimilhança na doutrina do conceito no século XVII. In: MEGALE, Heitor. *Para Segismundo Spina: língua, filologia e literatura*. São Paulo: Iluminuras, FAPESP, Edusp, 1995.

<sup>27</sup> Sobre o conceito de *ut picture poesis*, ver, além do artigo citado acima, MUHANA, Adma. *Poesia e pintura ou pintura e poesia: tratado seiscentista de Manuel Pires de Almeida*. São Paulo: Editora da USP/FAPESP, 2002. Para a aplicação dos conceitos de ecfrase e *ut pictura poesis* nas histórias, ver os trabalhos de Eduardo Sinkevisque. O autor propõe que o gênero histórico discursivo se faz em semelhança com o gênero histórico pictórico. SINKEVISQUE, Eduardo. *Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII*. Introdução a um debate sobre gênero. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000; *Doutrina seiscentista da arte histórica: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654)*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

<sup>28</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 49.

do Ocidente, como Diogo do Couto e Antônio Herrera. Segundo o chantre da Sé de Évora:

O juízo consta não só em observar as leis integrantes da História, mas na boa ordem e disposição dela, e no **judgar** o que se errou, ou se acertou nas ações públicas e particulares de que trata. As leis da História integrantes seguiu propondo, no princípio, a matéria que tratava, introduzindo um excelente exórdio da origem das guerras entre os Mouros, e Portugueses: no que têm faltado muitos modernos, que começam suas histórias como se escreveram uã carta; não se pejando de professarem compor uma Arte, sem aprenderem primeiro os preceitos, e regras dela.<sup>29</sup>

A parte judicial do discurso, na qual se acham prognósticos e elogios, fornecia exemplos e máximas políticas. Pelo emprego do decoro exato, João de Barros era considerado como “um dos mais insignes Historiadores do mundo”.<sup>30</sup> Recebeu louvores de muitos que escreveram não apenas pelos livros que deixou, mas também pela vida exemplar que levou:

Foi varão de vida exemplar, e mui pio, como se vê bem de suas obras, que podem ser nisto exemplo a outros escritores modernos; os quais compõem seus livros com tal esquecimento das cousas divinas, que lidos eles não se pode determinar, se é o Autor Cristão, se gentio, como já se disse de Joviano Pontano, e de outros.<sup>31</sup>

Em suma, a perfeição de João de Barros não residia apenas no uso engenhoso e decoroso dos preceitos aristotélico-horacianos. Certamente, as *Décadas* possuíam as três essências da prosa historiográfica seiscentista — verdade, clareza e juízo. Ao colocar a sua eloqüente pena em funcionamento, Barros ainda fornecia

---

<sup>29</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 49 (grifo nosso).

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 62.

exemplos virtuosos a fim de melhorar os costumes dos demais súditos e, sucessivamente, os serviços prestados ao rei. Ele próprio era um homem pio, preocupado com o bem comum e com a conservação do império português. Assim, passou a servir de exemplo aos letrados e a ser considerado uma autoridade no que se referia aos assuntos ditos históricos.

### **Luís de Camões: a memória épica do Império**

A conformidade de certas partes da prosa historiográfica e da poesia épica permite a Manuel Severim de Faria, ao tratar da vida de Luís de Camões (c.1517-1579), discorrer também sobre o decoro da Perfeita História. O juízo da *Poética* aristotélica, que opõe a história à poesia, fornece o ponto de partida ao chantre da Sé de Évora:

Não é em metrificar ou não que diferem o historiador e o poeta; a obra de Heródoto podia ser modificada; não seria menos uma história com o metro do que sem ele; a diferença está em que um narra acontecimentos e o outro, fatos quais podiam acontecer. Por isso, a Poesia encerra mais filosofia e elevação do que a História; aquela enuncia verdades gerais; **esta relata fatos particulares**. Enunciar verdades gerais é dizer que espécie de coisas um indivíduo de natureza tal vem a dizer ou a fazer verossímil ou necessariamente; a isso visa a Poesia, ainda quando nomeia personagens. Relatar fatos particulares é contar o que Alcibíades fez ou o que fizeram a ele.<sup>32</sup>

Todavia, antes de tratar da excelência do engenho camoniano e de sua doutrina, “que nos varões doutos é o que principalmente se considera”,<sup>33</sup> Severim de Faria discorre sobre as milícias e pe-

---

<sup>32</sup> ARISTÓTELES. *Poética*, IX (grifo nosso). São Paulo: Círculo do Livro; Nova Cultural, 1996, p. 39.

<sup>33</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 121.

regrinações de Luís de Camões na África e na Ásia. Nascido em Lisboa, após os estudos em Coimbra — onde aprendeu Latim, Filosofia e Letras Humanas —, foi desterrado da corte. De acordo com o antiquário, o poeta partiu para a Índia em 1553 e de lá regressou, já com *Os lusíadas*, em 1569 — ano da Grande Peste em Lisboa, que lhe fez esperar até 1572 para imprimir o poema.

O excelente uso que Camões fez do épico lhe valeu os louvores somente aplicados a mais três poetas desde o “princípio do mundo”: “[...] Homero, entre os Gregos, Virgílio nos Latinos, Torquato Tasso entre os italianos, e o nosso Poeta em Espanha”.<sup>34</sup> Manuel Severim de Faria ratifica que a diferença entre o Poeta Herói-co e o Historiador residia no número de ações a serem imitadas:

[...] porque o Historiador escreve a narração das cousas como aconteceram sucessivamente, mas o Poeta escolhe uã só acção de um herói e essa refere, não pontualmente como foi, mas como convinha ser, ornando a narração com vários episódios, que são digressões de fábulas, acontecimentos, e enredos, com que com suavidade persuadam aos que o lerem, e ouvirem.<sup>35</sup>

Em Camões, o descobrimento da Índia constitui uma ação a ser cantada. Outrossim, a ação devia ser honesta e digna de imitar, porque o fim da poesia heróica “é ensinar, incitar, e mover deleitando”,<sup>36</sup> tal como Severim de Faria argumenta:

[...] Vasco da Gama rodeou a maior parte da terra, vencendo com singular valor as forças dos elementos, as traições, e armas dos inimigos, fomes, sedes, estranheza de climas, injúrias dos tempos, e mostrou ao mundo o verdadeiro conhecimento de si mesmo, em que desde o seu princípio até então estivera ignorante achando novas estrelas, e novos mares, comunicando o Oriente com o Ocidente, de que se seguiu dar aos povos da Europa a notícia de

---

<sup>34</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 121-122.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 122.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 124.

tantas drogas, frutos, e pedras em que a natureza se mostrou maravilhosa, e benigna para os mortais, e aos moradores da Ásia o conhecimento das Artes, polícia, ciências de Europa, e sobre tudo do verdadeiro Deus, de que os mais deles estavam totalmente ignorantes. Por onde na qualidade da acção heróica fica o nosso poema superior a todos os antigos, e modernos.<sup>37</sup>

A acção era a mais digna de ser imitada, pois os portugueses revelaram aos demais povos cristãos as maravilhas da natureza e, principalmente, aos hereges, infiéis e idólatras a verdadeira fé. Em resposta aos que afirmavam que Camões teria profanado a honestidade da acção por invocar as Musas, “indecentes a Poeta Católico”, e não os santos, Severim de Faria argumenta que a poesia não é outra coisa “[...] senão uã imitação, ou fábula, a qual traz sempre consigo, como parte essencial, a invocação das Musas do Parnaso”.<sup>38</sup> Assim, os poemas heróicos invocavam Calíope, uma das musas que, mesmo os antigos, adoradores de deuses gentílicos, tinham por fingida. A decisão de não introduzir santos e anjos no poema foi acertada nesse sentido, pois era necessário “[...] escrever deles com toda a reverência, e decência devida, que não se compadece misturar cousas sagradas com as profanas”.<sup>39</sup>

Mas como o livro de Camões tratava de argumentos verdadeiros, era necessário diferenciar os verdadeiros milagres dos fabulosos, “[...] com que os leitores ignorantes, podem cair em erro de não conhecerem quais devem de ser cridos”.<sup>40</sup> Da mesma forma, a gravidade dos seus argumentos não prescindia de episódios alegóricos, como os esposórios celebrados na Ilha de Santa Helena entre Vasco da Gama e seus soldados e as ninfas do Oceano, “pera entreter os leitores”.<sup>41</sup>

---

<sup>37</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 125.

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 126.

<sup>40</sup> *Ibidem*.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 128.

Além de deleitar, o poema devia ser útil — *utile et dulci*. E a utilidade dos *Lusíadas* era a de fornecer exemplos virtuosos, “[...] porque não há ninguém que o leia que não fique inflamado de um admirável desejo de glória, e de empregar a vida em feitos ilustres, aventurando-a pela fé, pelo Rei, e pela pátria”.<sup>42</sup> Assim, Vasco da Gama constitui o modelo de capitão prudente e heróico. Segundo Severim de Faria, deste poema, fundado sobre história verdadeira, “[...] se podem tirar excelentes regras para a vida política, e moral”.<sup>43</sup>

Não obstante tratasse de acontecimentos verdadeiros, a *dispositio* épica obedecia a regras de composição específicas em relação à prosa historiográfica. Ao contrário deste discurso, narrado *in ordo naturalis*, o decoro da poesia heróica não prescreve que as ações sejam dispostas de forma linear:

Nem se há-de contar a história sucessivamente, mas começando no meio dos sucessos, alcançar-se-á depois a notícia do precedente com súbito conhecimento. Estes e os mais preceitos da arte se vêem tão bem guardados neste Poema como a quem o lê é notório. Pelo que pudera ser, que se Aristóteles o alcançara não gastara tantas palavras em louvar os de Homero.<sup>44</sup>

Assim, Luís de Camões recebeu o epíteto de Príncipe dos Poetas e passou a ser celebrado em todo o mundo pelos “[...] melhores Poetas, Históricos e Oradores, de maneira que sua gloriosa memória durará igualmente com os séculos vindouros”.<sup>45</sup> Embora não fosse preceptista, o poeta português passou a ser o exemplo máximo, no seiscentos ibérico, de emprego da arte.

Alcir Pécora defende que Camões, bem como o padre Antônio Vieira, compreendem a sua respectiva arte — a épica e o ser-

---

<sup>42</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 129.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 130.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 134.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 152.

mão — “[...] como estímulo, louvor e documento das proezas memoráveis dos antepassados, de virtudes sublimes dos heróis e de esperanças futuras do Reino”.<sup>46</sup> A lembrança dos feitos passados, quando alia o engenho ao domínio técnico dos preceitos, permite conceber outro feito ainda maior por vir. Segundo Pécora:

Arte é, para estes dois monstros do engenho, publicidade de um passado elevado e vibrante, e, ao mesmo tempo, fiança de uma história futura ainda mais alta que ela descobre embutida ou figurada na antiga. Ao revelar esse futuro e torná-lo presente em sua própria perfeição, tal arte antecipadamente participa de sua existência e assegura a sua vinda.<sup>47</sup>

Os letrados desempenham, destarte, um papel proeminente no império, que se reveste de uma aura providencial assinalada nos feitos pretéritos. A perspectiva imperial camoniana contempla três ordens de heróis: os navegadores e conquistadores, os reis portugueses e “[...] os demais varões portugueses cujo esforço e bravura valeu-lhes a imortalidade”.<sup>48</sup> O império era uma construção não apenas das armas, mas das letras, na medida em que o Bem, inerente às conquistas lusitanas, era emulado das penas quinhentistas e seiscentistas:

O Império, a que tanto Camões quanto Vieira pretendiam servir, não era, de modo algum, o da língua apenas — que foi, afinal, o que puderam ter —, a não ser na medida em que da língua esperavam, com confiança e audácia desmedidas, o fogo capaz de animar o seu movimento universal. Era em territórios objetivos que pensavam, como objetiva supunham a ordem divina que impregnava a geografia mundial.<sup>49</sup>

---

<sup>46</sup> PÉCORA, Alcir. As artes e os feitos. In: *Máquina de gêneros*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 138.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 139.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 141.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 145.

Se os feitos portugueses superavam os de qualquer outros povos, era necessário imortalizá-los em um canto superior aos mobilizados pelos poetas antigos. Mas a epopéia não celebra apenas as proezas pretéritas, pois, sem o poeta, o sentido do feito não pode ser compreendido.

Para Camões, o feito histórico não atinge verdadeiramente a sua plenitude heróica ou sublime antes que se produza o canto que desempenha o seu valor, isto é, sem que se acrescente aos sucessos das armas o espírito das letras. Ao passado grandioso da pátria é necessário que se ajunte a inteligência dele, pela arte, a fim de que o acidental e particular dos feitos alcance o estatuto necessário universal e excelência, que comunica perfectibilidade aos seres.<sup>50</sup>

*Os lusíadas* celebram as conquistas portuguesas a fim de garantir a conservação do império formado paulatinamente desde o século XV. Nessa altura, a decadência, apontada posteriormente por Diogo do Couto, ainda não era sentida nem no reino, nem tampouco nas possessões ultramarinas. O ano de 1578 marcou especialmente essa inflexão, com o desaparecimento do rei D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir e a sucessiva querela sucessória que dividiu os grandes do reino. A justaposição do poeta aos dois historiógrafos somente era possível porque a História e a Épica eram entendidas como subgêneros epidícticos que comportavam o louvor e serviam-se da mesma matriz de modelos teológicos-retóricos-políticos.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> PÉCORA, Alcir. As artes e os feitos. In: *Máquina de gêneros*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 162.

<sup>51</sup> A terminologia e a hipótese foram primeiramente concebidas em relação aos sermões de Vieira por Alcir Pécora, em *Teatro do Sacramento*, e às sátiras atribuídas a Gregório de Matos Guerra por João Adolfo Hansen, em *A sátira e o engenho*. Ambos autores advogam a unidade teológico-político-retórica das práticas ibéricas seiscentistas. Teológico porque as ações humanas se concebem como causas segundas da Causa Primeira e possuem sentido escatológico e providencial; político porque toda ação se insere em uma hierarquia naturalmente harmônica, de acordo com a leitura escolástica da *Política* de Aristóteles, na qual predomina a seguinte analogia: Deus está para o mundo, assim como a cabeça para o corpo e o rei para o reino; Retórica pois,

## Diogo do Couto: o ocaso do Império

A vida de Diogo do Couto (1542-1616), cronista e guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia, é um texto mais breve, porém não menos importante para apreender a “alma das histórias” seiscentistas. A percepção da crescente ruína do império fez com que Couto tomasse posições nem sempre laudatórias em relação aos feitos portugueses. Por volta de 1565, escreveu o *Soldado Prático*, diálogo no qual criticava as práticas administrativas dos vice-reis da Índia aos mais humildes soldados. O livro não foi publicado inicialmente. Apenas em 1611, quando já havia se tornado célebre pela continuação das *Décadas*, foi impressa uma outra versão intitulada *Enganos e desenganos da Índia*, cujo original foi enviado a Manuel Severim de Faria.

O próprio cronista estabeleceu o ano de 1561, quando o vice-rei D. Constantino encerrou o seu governo e foi sucedido, como o início da decadência das possessões portuguesas no Oriente. Nas palavras do chantre da Sé de Évora:

E diz Diogo do Couto, que até seu tempo [de D.Constantino] durou naquele Estado a primitiva Índia, em que os homens pretendiam somente ser valerosos, e honrados, e desprezavam o interesse; e que dali por diante começou a ser idolatrada a avareza, ao qual vício chama a Sabedoria Divina: Raiz de todos os males; e como este se foi apoderando daquele Estado, tem introduzido nele tantos, que parece já agora irremediável a sua cura, se Deus milagrosamente lhe não acode.<sup>52</sup>

---

considerando essa hierarquia, esta arte prescreve um decoro específico às práticas, inclusive as discursivas, que fornecem um rol de casos exemplares da história sacra e pátria. Em relação à aplicação desses modelos aos gêneros históricos, ver os trabalhos de Sinkevisque, citados na nota 27, e ANDRADE, Luiz Cristiano de. *A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador (1630)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGHIS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

<sup>52</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 119.

Diogo do Couto fora testemunha ocular da inflexão, pois embarcou para a Índia em 1556, onde militou durante alguns anos, “[...] mostrando com particular valor que as letras não impedem, antes favorecem as armas”.<sup>53</sup> O título de cronista da Índia lhe foi conferido por Felipe II de Espanha, conhecedor da importância dos gêneros historiográficos nos negócios do governo e desejo de legitimar a sua majestade frente à percepção do declínio português, marcado pelo desaparecimento de D. Sebastião no norte da África e pela união das coroas ibéricas:

Sucedendo el-Rei Dom Filipe I na Coroa destes Reinos, como era Príncipe tão prudente, e que sempre trazia nos olhos o bem comum de seus vassallos, desejou de mandar prosseguir a história da Índia, do tempo em que a deixou o nosso João de Barros, e que se continuassem as suas *Décadas* com o mesmo título, e estilo, pelo grande aplauso com que as três primeiras foram recebidas em toda Europa.<sup>54</sup>

Súdito fiel, o cronista primeiramente escreveu a *Décima Década*, iniciando-a no “[...] dia em que o mesmo rei foi jurado, e recebido naquele Estado”.<sup>55</sup> Em carta, o rei agradeceu o serviço prestado e recomendou novamente que continuasse a escrever a partir de quando João de Barros havia deixado a *Ásia*. Assim, Couto escreveu a quarta, a quinta, a sexta, a sétima, a undécima e a duodécima *Década*. Exerceu o ofício, incessantemente, até adoecer gravemente no ano de 1614, quando já tinha em mãos a oitava e a nona *Década*, que desapareceram de sua casa. Recuperou-se um pouco depois, mas, como “[...] já neste tempo era de setenta e dous anos”,<sup>56</sup> remediou o furto compilando as duas em um só volume.

---

<sup>53</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 171.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 172.

<sup>55</sup> *Ibidem*.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 173.

Manuel Severim de Faria informa que até 1616, ano de falecimento do cronista da Índia, apenas foram impressas da quarta à sétima *Década*, sendo que da sexta apenas restaram seis volumes em virtude de um incêndio ocorrido na casa do impressor. Mas ao antiquário interessava tratar ainda da *elocutio* decorosa mobilizada nestes livros:

O estilo que nestas *Décadas* guardou Diogo do Couto é muito **claro, e chão**, mas cheio de sentenças, com que julga as ações de cada um, e mostra as causas dos sucessos adversos e prósperos que naquelas partes tiveram os Portugueses. Porém, ainda que nesta parte pode ser comparado **na verdade do que escreve, que é a alma da história**, no que trata dos Príncipes do Oriente, nos costumes daqueles povos e remotas províncias, na situação da sua verdadeira geografia, levou a muitos conhecida ventagem, como se pode claramente ver das suas *Décadas*, nas quais se mostram os erros que nestas matérias tiveram os que antes dele escreveram as cousas do Oriente.<sup>57</sup>

A passagem reafirma dois elementos essenciais aos gêneros historiográficos seiscentistas: a clareza e a verdade, esta última destacada como a alma da história. Na perspectiva do antiquário, Couto pôde alcançar a verdade, pois era cidadão de Goa, cabeça do Estado da Índia, ponto de partida e chegada das armadas, onde assistiam todos os vice-reis, “[...] de maneira que recebeu as informações dos mesmos que se acharam nas empresas, e a tempo, que as testemunhas de vista, que na mesma cidade havia, os obrigavam a falar a verdade”.<sup>58</sup>

Além do testemunho ocular, Diogo do Couto se valeu do cargo de guarda-mor da Torre do Tombo da Índia, mercê recebida de Felipe II no tempo em que o monarca ordenou ao vice-rei Matias

---

<sup>57</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 173 (grifo nosso).

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 173-174.

de Albuquerque organizar os dispersos papéis do Estado. A estima que os contemporâneos nutriam pelas nove *Décadas*, composta de noventa livros, residia não apenas em sua grandeza, mas sobretudo no engenho do autor, que não tomou a história narrada a outros, como fizeram Lívio, “[...] ainda que lhe excedeu o número de volumes”, e Políbio “[...] o qual confessa de si, que das obras que muitos escritores tinham publicado de cada conquista dos romanos, em particular, tinha composto a sua universal história”.<sup>59</sup>

Por fim, mas não menos importante, Diogo do Couto representa um modelo a ser seguido pelo “grande zelo do bem público da pátria”, que o acompanhou desde o início.<sup>60</sup> Como cronista, apontou os inconvenientes que existiam no governo da República “[...] e principalmente no Estado da Índia, onde ele assistia, e onde por ausência dos Reis, e excessos dos ministros, iam as desordens em maior crescimento”.<sup>61</sup>

### Considerações finais

Se, por um lado, Manuel Severim de Faria louvava alguns dos livros que conservavam a memória das possessões orientais, por outro, preocupava-se com a escassez de informações sobre a América portuguesa. Na vida de João de Barros — após discorrer sobre as tentativas do cronista de escrever sobre as milícias lusitanas em outras partes além da Ásia, que seriam intituladas *Euro-  
pa*, *África* e *Santa Cruz* —, o antiquário manifesta-se em relação à escassez de informações sobre o Brasil, motivo que provavelmente o teria levado a encomendar uma crônica dessas partes do Império a frei Vicente do Salvador. O franciscano, que consultou a sua biblioteca em Évora para a tarefa, dedica-lhe a sua *História do Brasil*, o que evidencia, mais uma vez, o papel de Severim de Faria como protetor dos letrados.

---

<sup>59</sup> FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 174.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 175.

<sup>61</sup> *Ibidem*.

Os diversos gêneros de escrita ajudavam a unir as partes do vasto império da Monarquia Católica. Os livros históricos, em particular, eram apreciados pelos leitores discretos, pois forneciam notícias das distantes possessões e, concomitantemente, exemplos virtuosos àqueles governados pela razão e sempre dispostos a prestar serviços ao rei, instrumento temporal da vontade divina.<sup>62</sup> Nesse regime, os historiadores, como conselheiros dos negócios da República, participavam da difícil tarefa de construir a concórdia no seio do corpo imperial. Outrossim, deveriam ser homens pios, súditos fiéis e zelosos do bem público, lançando mão de recursos dos gêneros epidítico, deliberativo e judiciário para confeccionar os seus discursos, conforme o decoro prescrito à matéria tratada.

Os argumentos de Manuel Severim de Faria emulam a preceptiva cujas fontes os letrados modernos identificavam principalmente em Aristóteles, Cícero, Horácio e no autor anônimo da *Retórica a Herênio*, que compunham referências obrigatórias no quadro de uma cultura paradigmática. Ao tratar da vida de Barros, Camões e Couto, o antiquário ratifica esses preceitos que presidiam a confecção dos discursos nos séculos XVI e XVII. Em suma, Severim de Faria, em consonância com os letrados ibéricos seiscentistas e conforme os preceitos da arte retórico-poética, concebia os gêneros historiográficos, variantes encomiásticas do epidítico, como prosa ecrásica narrada *in ordo naturalis*. Assim, esse discurso deveria combinar uma *inventio*, uma *dispositio* e uma *elocutio* peculiares ao gênero, de forma engenhosa, a fim de ensinar, persuadir e deleitar.

---

<sup>62</sup> As categorias de “discreto” e “vulgar” são fundamentalmente intelectuais e não se explicam pela dicotomia sociológica entre dominantes e dominados. “Apresentando as virtudes do cortesão e do perfeito caveleiro cristão, o *discreto* distingue-se pelo engenho e pela prudência, que fazem dele um tipo agudo e racional, capacitado sempre a distinguir o melhor em todas as ocasiões.” Quanto ao vulgo, o néscio, “[...] caracteriza-se sempre pela falta de juízo, rústico e confuso.” HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*, p. 93.

<sup>63</sup> ARISTÓTELES, *Poética*, Livro II, XI.

Certamente, de acordo com a preceptiva coeva, havia distinções entre a épica e a história. Enquanto a primeira deveria ser versada *in media res*, ou seja, iniciando-se no meio da ação, para depois retornar ao início e seguir o seu curso até o fim, a segunda dispõe a narração *in ordo naturalis*. Contudo, a principal distinção apontada por Severim de Faria era a de que o poeta heróico escolhia apenas uma ação, ornando-a com vários episódios.

Em que pesem as diferenças, a aproximação entre épica e história explica-se por serem ambas subgêneros epidíticos na variante encomiástica. Esses papéis, ainda não apartados e submetidos aos discursos disciplinares, funcionavam de acordo com a prescrição aristotélica de levar à emulação — segundo o filósofo, sentimento próprio das pessoas decentes, “[...] espécie de pena provocada pela posse manifesta, naqueles que nos são iguais por natureza, de bens honoríficos e que nós podemos obter [...]”.<sup>63</sup>

Os gêneros epidíticos exerciam, pois, um papel de pedagogia ético-política aos súditos do rei e os ensinamentos do passado constituíam um guia seguro para as ações presentes em busca do bem comum e da felicidade das Repúblicas Cristãs. É, nesse sentido, que frei Vicente do Salvador, ao dedicar a sua *História do Brasil* a Manuel Severim de Faria, na terceira década do seiscentos, destaca a importância das três “vidas”, diluindo a diferença entre poetas heróicos e historiadores:

Só temos a V.M. em Portugal que os estima e favorece tanto como se vê em sua livraria, que quase toda tem ocupada de livros históricos, e **principalmente no que fez de louvores dos três historiadores portugueses, Luís de Camões, João de Barros, e Diogo do Couto**, favor tão grande para escritores de histórias que se pode dizer, e assim é, que aos mortos dá vida, ressuscitando a memória, que já o tempo lhes tinha sepultada e aos vivos excita, dá ânimo, e fervor, para que saiam à luz com seus escritos, e folgue cada um de contar e compor sua história.<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> SALVADOR, frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1982, p. 43-44.

O mais importante é que, ao escrevê-las, Severim de Faria participava da invenção de três autoridades portuguesas modernas, superiores aos *auctores* antigos, pois, além de guardarem de forma excelente os preceitos retórico-poéticos, empregavam as artes em prol de um império cristão. Essa memória dos letrados destacava a importância da escrita para conservar os feitos dos súditos que constituíram o Império. A memória, conservada providencialmente nas escrituras, constitui um dos fundamentos do próprio Império Católico e essa característica confere aos letrados um papel ímpar em sua conservação e expansão. As “vidas”, portanto, encerram duas operações: uma inventariante e outra inventiva, de modo que a primeira autoriza a segunda.

Essas operações — de relacionar autoridades antigas e preceitos, por um lado, e de criar novos *auctores* — estão presentes, de forma semelhante em Montaigne, que também justapõe poesia e história. No ensaio acerca dos livros, em que trata das leituras que o instruem e o deleitam, e assim o ensinam a pensar, discorre sobre os poetas Virgílio, Lucrécio, Catulo e Horácio. Após afirmar a sua predileção por Plutarco e Sêneca, Montaigne chega à historiografia:

Os historiadores constituem o meu passatempo predileto. Sua leitura é-me fácil e agradável. Em seus livros encontro o homem que procuro penetrar e conhecer, apresentado com maior nitidez e mais completamente do que alhures. Sua maneira de ser neles se projeta com mais relevo e verossimilhança, tanto nos pormenores como no conjunto [...]. Entre os historiadores, os que se atêm menos às ocorrências do que às causas, e ponderam mais os móveis a que obedecem os homens do que lhes acontece, são os que me agradam particularmente. Eis por que, em todos os pontos de vista, Plutarco é o meu autor predileto.<sup>65</sup>

No rol de historiadores apreciados, Montaigne divide-os em dois grupos, os simples, como Froissart, que recolhem com exati-

---

<sup>65</sup> MONTAIGNE. *Ensaíos*. São Paulo: Círculo do Livro, 1996, p. 355.

dão tudo o que chega a seu conhecimento, sem selecionar e, portanto, sem interferir no julgamento dos leitores; e os historiadores excelentes ou perfeitos, que conseguem discernir os relatos mais verossímeis e o que deve passar à eternidade. Entre os excelentes, Montaigne destaca César e, ao seu lado, menciona brevemente Jean Bodin, que publicara em 1566 o *Método para o conhecimento da História*. É possível perceber nessas linhas uma estratégia aguda que visa a estabelecer uma versão católica dos acontecimentos na França, assolada pelas guerras civis entre papistas e huguenotes.

Na Península Ibérica, longe das Guerras de Religião, reinava absoluta a concepção sacramental da história, em sua moralização católica, que defendia o sentido providencial das ações humanas. Para Manuel Severim de Faria, emulando a preceptiva do gênero, as essências da história eram a verdade, a clareza e o juízo. O juízo constitui a parte judicial do discurso, utilizado para reprovar os vícios e louvar as virtudes. Ao fazê-lo, o historiador frequentemente variava ao gênero demonstrativo, pois a censura e o louvor articulavam-se às máximas políticas que constituíam a Razão de Estado Católica. A clareza seria obtida ao seguir as regras da arte memorativa, descrevendo eventos pretéritos conforme uma testemunha ocular que pintasse a cena. As artes históricas, poéticas e pictóricas se vinculavam pelo artifício do *ut pictura poesis*. Ainda no que se refere à clareza, o estilo desta prosa, que relata fatos particulares e verdadeiros, deveria ser claro e chão, posto que grave.

Em torno do conceito de verdade, forjou-se o consenso ibérico que se estenderia até o século XIX. O compromisso com a verdade supunha uma chave de leitura sacramental dos acontecimentos e conferia ao império um sentido providencial e escatológico. Para desvelar a verdade, que é a alma da história, os historiadores deviam se valer de testemunhos escritos e oculares, uma vez que as marcas divinas estariam assinaladas no mundo e nos episódios relatados. A quintessência do império engendrava uma espécie de sentimento gregário entre os súditos católicos que ultrapassaria, até mesmo do ponto de vista jurídico-político,

os limites temporais do império português ultramarino.<sup>66</sup> O posicionamento dos ibéricos, no interior de uma ordem teológico-política, era manifesto em pontos consensuais sobre a natureza do governo e, conseqüentemente, esteio para os juízos “historiográficos” de doutos letrados, autoridades lusas.

## Referências

ANDRADE, Luiz Cristiano de. *A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador (c. 1630)*. Dissertação (Mestrado em história). Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2003.

ARISTÓTELES. *Poética*, IX, Livro II, XI. São Paulo: Círculo do Livro; Nova Cultural, 1996.

BARROS, João de. Ásia. Primeira Década. In: *Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente: primeira, segunda e terceira Décadas*. Edição fac-similar. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 3v. 1988-1992.

CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CURTO, Diogo Ramada. A literatura e o império: entre o espírito cavaleiroso, as trocas da corte e o humanismo cívico. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti. (Dir.). *História da Expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, v.1 1998.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2 v. 1993.

FARIA, Manuel Severim de. *Discursos Vários Políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999.

---

<sup>66</sup> No caso brasileiro, por exemplo, isso permitiu, mesmo após a Independência, a permanência de institutos teológicos, jurídicos e administrativos, como as *Ordenações Filipinas* e o Padroado.

HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*. São Paulo; Campinas: Ateliê Editorial; Editora da UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. Artes seiscentistas e teologia política. In TIRAPELI, Percival. (Org.). *Arte sacra colonial: barroco memória viva*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. O discreto. In NOVAES, Adauto. *Libertinos e libertários*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. Ut pictura poesis e verossimilhança na doutrina do conceito no século XVII. In: MEGALE, Heitor. *Para Segismundo Spina: língua, filologia e literatura*. São Paulo: Iluminuras, FAPESP, Edusp, 1995.

MAQUIAVEL. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: Editora UnB, 2000.

MONTAIGNE. *Ensaaios*. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

MUHANA, Adma. *Poesia e pintura ou pintura e poesia: tratado seiscentista de Manuel Pires de Almeida*. São Paulo: Editora da USP / FAPESP, 2002.

PÉCORA, Alcir. As artes e os feitos. In: *Máquina de gêneros*. São Paulo: EDUSP, 2001.

\_\_\_\_\_. A história como colheita rústica de excelências. In: PÉCORA, Alcir; SCHWARTZ, Stuart. (Org.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SALVADOR, frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Ed. Itatiaia / Edusp, 1982.

SINKEVISQUE, Eduardo. *Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII. Introdução a um debate sobre gênero*. Dissertação

(Mestrado em literatura brasileira). São Paulo: USP, 2000.

\_\_\_\_\_. Doutrina seiscentista da arte histórica: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654). Tese (Doutorado em literatura brasileira). São Paulo: USP, 2005.

YATES, Frances. *The art of memory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.